



TERRITORIALIDADES RELACIONADAS A BRINCADEIRAS INFANTIS EM MUNICÍPIO DE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA

Ângela Rodrigues de Figueiredo¹
Renan Albuquerque Rodrigues²

RESUMO: Objetivou-se tecer panorama sobre como territórios de domínios de crianças da cidade de Parintins, Amazonas, na Amazônia Central, são utilizados para brincadeiras. Reflexões partiram de observação direta, realizada em um bairro da cidade, conjuminando-se o trabalho de campo com avaliação do ambiente físico e de formas simbólicas de apropriação, por meio de fotografias das brincadeiras. Notou-se que o brincar não esteve correlacionado a modelos sociais hegemônicos, onde não há lugar para o improvisado, a incerteza, a ousadia.

Palavras-chave: territorialidade; brincadeiras infantis; Amazônia Central.

ABSTRACT: The objective was to weave panorama on territories domains of children of the city of Parintins, Amazonas, in the Central Amazon, are used to play. Reflections departed from direct observation, held in a city neighborhood, the field work is conjuminando with evaluation of the physical environment and symbolic forms of appropriation, through photographs of play. It was noted that the play was not correlated to hegemonic social models where there is no room for improvisation, uncertainty, daring.

Keywords: territoriality; children's play; Central Amazon.

¹Doutoranda no Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM).

²Professor Permanente do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM).

INTRODUÇÃO

Sociedades amazônicas passam atualmente por transformações em face a fenômenos de urbanização e novas tecnologias. Relações interpessoais e coletivas se modificam a partir de complexidades contextuais. No tocante a práticas de brincadeiras infantis, tende-se, hoje, a observar condicionamentos em territórios delimitados, geralmente parques e praças, por conta justamente de impactos dessas mudanças.

São territórios restritos, destinados a crianças, e que *a priori* engendram controvérsias relacionadas à segmentação do brincar coletivo, fazendo surgir a ocorrência de adaptações para brincadeiras nas ruas. De forma que, ao disporem de territórios de socialização com restrições operadas, tendem, as crianças, a serem contingenciados compartilhamentos para o uso social da rua juntamente com arquiteturas urbanas e grupos do entorno.

Partindo do exposto, a proposta almejou tecer panorama sobre como crianças constroem territorialidades em função da brincadeira de rua no município de Parintins, fronteira do Amazonas com o Estado do Pará, Amazônia Central. Almejou-se ponderar sobre i) projeções do território e das formas de brincar e ii) apropriações de bairros e autoconstruções de brincadeiras.

Foi abordado conceito de territorialidade como referencial para se refletir sobre relações construídas no contexto da rua. Foi feito parcial levantamento histórico de um bairro da cidade de Parintins/AM, a fim de situar estudos e estabelecer relações entre registros e modos de realização de brincadeiras.

Foram consideradas na metodologia i) a análise das formas simbólicas de apropriação do brincar em razão de ambientes físicos e ii) a fotografia como ponto de confluência entre atos manifestos e latentes na perspectiva de análise do lazer dos infantes.

1. ENFOQUE TEÓRICO

1.1 Territorialidade

A compreensão do conceito de território tem a ver com o modo como dado espaço “se organiza por meio das condições oferecidas para produção, circulação, residência, comunicação, exercício da política, das crenças, lazer e condição de ‘viver bem’” (SANTOS, 2006, p. 34).

A ideia de territorialidade tem início no campo de estudo da etologia, onde nota-se que animais demarcam áreas de domínio com indicadores físicos (urina e secreções). Humanos, por sua vez, dominam seus territórios de maneira simbólica (POL, VALERA e VIDAL, 1998).

Territórios se classificam em primários, secundários e públicos (IB., *op. cit.*) Primários se referem a ambientes domésticos onde se vive; secundários são espaços utilizados de maneira temporária; públicos correspondem a espaços compartilhados por pessoas e/ou grupos de pessoas.

O último, particularmente a exemplo da rua, foi foco de análise por ser público, local de acesso compartilhado e onde foram observadas crianças brincando e se apropriando do ambiente. A noção de apropriação foi compreendida a partir de Pol (1996), com base em dois aspectos: i) ação-transformação; ii) simbólico ou de identificação. Ambos consistem em construções de grupos sociais.

A territorialidade não tende a ser definida por localização espacial ou origem física. Tem a ver com pertencimento e relações de intersubjetividade e dominação da terra e do que nela há. São construções intelectuais oriundas de escolhas que perpassam questões étnicas, de compadrio, parentesco e práticas políticas (CORRÊA, 2006, p. 88).

São áreas cuja a introdução de seres humanos não se restringe a aspectos materiais e técnicos, mas a representações de mundo e modos de pensar e agir. A territorialidade se caracteriza por relações intrínsecas entre pessoa e espaço (SANTOS, 2006).

Territorialidade é construção cognitiva que escapa a definições lineares, de base positivista, sendo reconfortada com respeito a contradições e

reordenamentos grupais do cotidiano. Não se trata de visão estática e homogênea, mas sim de espaço dotado de valor e afetividade (TUAN, 1983).

Formas de organização e apropriação de territórios, as quais fundam territorialidades, são processos de percepção em que são postos em jogo valores, afetividades e culturas. Cada coletivo se organiza conforme relações estabelecidas e vínculos construídos na vivência.

Condições de domínio territorial – formadoras de base para a territorialidade – são tema complexo, dado que o crescimento urbano na Amazônia Central, escopo do estudo, tem gerado opções reais de moradia, mas vem acentuando desequilíbrios econômicos e ambientais desde os anos 1980 (SOUZA, 2013).

O fato contrasta com a urbanidade em si mesma, que é geradora de polêmicas referentes a interesses naturais, culturais, públicos e privados. O surgimento de bairros em periferias de cidades médias amazônicas, como caracteriza-se a cidade de Parintins a exemplo do exposto, exprime condições de apropriação controversas.

Do ponto de vista socioeconômico, há emergentes necessidades para se constituir áreas em função de necessidades básicas de moradia para a população local. O que, em primeira instância, pode ser notado como irregular sob regime legalista. Por outro lado, o da moral e direito à terra, passa a ser possibilidade de usufruto justo – como foi o caso do surgimento do Bairro União, início dos anos 2010, em Parintins.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Histórico do bairro da União

O bairro União é uma recente área urbana do município de Parintins/AM. Organizado a partir de ocupação conduzida por famílias vindas de comunidades rurais locais e do vizinho Estado do Pará, além de cidadãos pobres da própria Parintins, tem precária infraestrutura e foi definido a partir de área de expansão não planejada.

Limites do União são estipulados a sul e leste pelo lago Macurany e a oeste e norte pelo bairro Paulo Corrêa, este também surgido em similares circunstâncias, sendo que outras ocupações de Parintins tiveram início no fim dos anos de 1990, como os bairros Itaúna I e II. Paulo Corrêa e União, atualmente, são reconhecidos em projetos urbanos da Prefeitura Municipal como “oficiais” na cidade (SOUZA, 2013).

Da ocupação até a atualidade, moradores lidam com problemas em relação a serviços de infraestrutura (água, luz, asfalto e energia elétrica, por exemplo) e impasses sociais que os colocam no foco de noticiários a partir da violência e falta de saúde e educação. Serviços de esgotamento e recolhimento de lixo doméstico também são problemas concorrentes para doenças de pele, respiratórias e surtos de verminoses.

Em meio ao cenário, crianças estão presentes. Seja em ambientes públicos do bairro ou na orla nordeste, no limite da comunidade, bem como terrenos baldios ou alagadiços, cotidianamente elas transformam o bairro em território apropriado a partir de desejos e contingências que a sociedade estabelece. As crianças vivenciam contradições e agregam para si comportamentos coletivos.

No bairro, não há espaços públicos como parques, jardins ou áreas verdes para uso populacional, por se tratar de esboço de projeto urbanístico construído em meio a polêmicas políticas, as quais não resultaram em obras concretas de lazer. A sociedade civil, em meio a esse cenário, busca formas de participar de processos decisórios via associação de moradores, atuando para dar voz a grupos em razão de interesses coletivos.

2.1 A criança e o lugar de ser criança no bairro união

Transformações de paisagens urbanas na sociedade contemporânea tendem a priorizar funcionalidades físicas e reduzir territórios de lazer. No caso dos infantes, criam-se áreas compartimentadas onde eles se separam de adultos ou, noutros casos, áreas compartilhadas para se estimular consumismo e individualidade, tal qual fossem adultos.

Praças de alimentação com áreas de parquinho em ambientes privados (*shoppings*) funcionam como territórios mecanizados, potenciais geradores de mudanças parciais na estrutura familiar decorrente de relações econômicas em pequena e média escalas.

O sugerido tende a se mostrar com evidências em bairros de classe média da cidade de Parintins. A espontaneidade tende a ser menos percebida nesses espaços: há controle imperativo, concretizado em horários para estudar, trabalhar, lazer etc.

Na periferia do bairro União, áreas de lazer são improvisadas: campos de futebol e terrenos baldios imbricam-se a ruas e sarjetas recém-pavimentadas. A orla do bairro (que está em construção) também é território dominado pela presença de meninos e meninas em grande proporção, que utilizam seus domínios para o ócio contrastados com a paisagem natural.

São observados extremos de cenários que compõem percepção mista de controle e livre-arbítrio sobre crianças contatadas no bairro. Notam-se, nesses termos, caminhos alternativos identificados para se brincar em território que, apesar de segmentado, abriga meninos e meninas em integração, via domínios recuperadores de mobilidade e recriadores de funcionalidade de objetos próprios para brincadeiras.

Contrariando a lógica de adultos, a utilidade de objetos e do espaço passa por processos de desapropriação e reapropriação. Regras planejadas não são as mesmas, ou seja, não são determinantes, afinal se a rua para adultos funciona como lugar de trânsito, para crianças do bairro da União serve para brincadeiras deliberadas; se terrenos baldios são locais de acumulação de resíduos, para crianças viram espaço reservados e o descartado torna-se brinquedo em potencial.

O brincar parece fugir a modelos sociais hegemônicos, onde não há lugar para o imprevisto, a incerteza e a ousadia, contrariando ao prescrito em “manuais de civilidade”, que determinam como se tem de ser, agir e fazer. A autonomia da criança é atravessada por discursos de medo e culpa: da rua, da violência, de um futuro pouco promissor. A preparação para o mercado de trabalho é a rubrica eficaz do porvir.

O espaço de liberdade vai sendo substituído por afazeres de adulto: trabalho, natação, esporte, aula de outras línguas, reforço escolar etc. Não por acaso, nota-se surgirem crianças com problemas de stress, obesidade, hipertensão e demais crises emocionais até pouco tempo praticamente desconsideradas para meninos e meninas.

Na contramão da padronização, a rua é lugar de encontro, desordem, entretenimento, lazer e fuga da realidade. Lugar de criação e recriação de modos de vida e tecimento de relações, via construção de territorialidades. Compreender traços e redes que as constroem é importante no sentido de se reconhecer a criança como protagonista, distinguindo-se qualitativamente de adultos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contrastes que fundam sociedades contemporâneas trazem ambiguidades em relação ao papel da criança na vida cotidiana. Por um lado, tende-se a protegê-la em face à violência, ao trânsito, às epidemias e demais contingências sociais; por outro, tende-se a pensá-la como alguém com independência e que pouco se diferencia de adultos, devendo enfrentar seu tempo de modo autônomo.

As diferentes perspectivas moldam sistemáticas para se pensar a criança e as territorialidades do lazer. São juízos dos quais adultos se servem em políticas de trato ou personificação de infantes e, com base nas premissas, crianças são alvo de comparações e teorizações.

Mas ao se considerar que crianças reelaboram territórios, transformam e funcionalizam seus domínios, assume-se que o papel da sociedade frente à questão é expressivo. A problemática convoca-nos a perceber meninos e meninas por meio de múltiplas identidades, num vínculo forte entre território e construções subjetivas de territorialidades.

Sobretudo porque territorialidades engendram afetos correlacionados ao lugar; implicam realidades múltiplas e coletivas em meio a escolhas pessoais. A afetividade com a terra se fortalece quando o lugar onde se vive é assimilado como

componente primordial do cotidiano, o que remete a possibilidades de irmandade com essa própria terra.

Esse processo de proximidade afetiva funciona como um veículo inconsciente de tomada de consciência (SANTOS, 1998). É por meio dele que crianças tendem a construir rotinas e tencionar perspectivas de mundo e de vida.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, R. L. O urbano e a cultura: alguns estudos. In CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Cultura, espaço e o urbano. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.
- POL, E. e VALERA, S. Qualidade de vida, identidade e sustentabilidade. Revista Treball Social: Habitat i Qualitat de Vida, 1998. p. 149, 21-35.
- POL, E. La apropiación del espacio. En Cognición, Representación y Apropiación del Espacio. Colección Monografies Psico/socio/ambientales, 1996, p. 9, 45-62.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1998.
- SOUZA, Nilciana Dinely. O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação. Tese de doutoramento da Universidade de São Paulo, 2013.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.